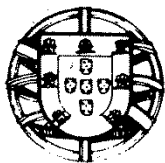


REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA



JORNAL OFICIAL

I Série—Número 2

Terça-feira, 28 de Fevereiro de 1978

SUPLEMENTO

SUMÁRIO

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

Portaria n.º 3/77:

Alarga aos funcionários da extinta Junta Geral os benefícios concedidos pelo Decreto-Lei n.º 76/77, de 1 de Março.

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E SECRETARIA REGIONAL DO PLANEAMENTO FINANÇAS E COMÉRCIO

Portaria n.º 1/77:

Fixa os preços máximos de alimentos compostos para animais a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 329-A/74 de 10 de Junho.

Portaria n.º 4/77:

Fixa o preço máximo à porta da fábrica e na venda ao público dos queijos tipo «flamengo» e «prato».

Portaria n.º 5/77:

Fixa as margens de comercialização e encargo de distribuição da manteiga pasteurizada e não pasteurizada, bem como o sistema de embalagem.

Portaria n.º 6/77:

Fixa os preços máximos de compra à lavoura e de venda ao público das carnes verdes e congeladas.

Portaria n.º 7/77:

Fixa os preços de venda ao público e ao comércio retalhista, das diversas qualidades de ovos.

Declaração:

Rectifica alguns preços fixados na Portaria n.º 7/77.

Portaria n.º 8/77:

Fixa as margens de comercialização de «galos, galinhas e frangos vivos».

Portaria n.º 9/77:

Fixa os preços do álcool etílico, a serem praticados pela A. G. A.

Portaria n.º 10/77:

Fixa novos preços do álcool etílico a serem praticados pela A. G. A. e revoga a Portaria n.º 9/77.

Portaria n.º 11/77:

Mantém em vigor a Portaria n.º 9/76, de 10 de Agosto, da J. A. D. M. e altera a redacção do seu n.º 2.

Portaria n.º 13/77:

Cria o «Fundo de Compensação».

Portaria n.º 19/77:

Fixa preços mínimos para diversas qualidades de vinho.

Portaria n.º 30/77:

Autoriza transferência de verbas no orçamento da Região Autónoma da Madeira.

Portaria n.º 36/77:

Autoriza transferência de verbas no orçamento da Região Autónoma da Madeira.

Portaria n.º 41/77:

Fixa normas para as mercadorias importadas mediante boletins de registo emitidos por entidades regionais.

Portaria n.º 43/77:

Autoriza transferência de verbas no orçamento da Região Autónoma da Madeira.

Portaria n.º 44/77:

Autoriza transferência de verbas no orçamento da Região Autónoma da Madeira.

Portaria n.º 52/77:

Autoriza transferência de verbas no orçamento da Região Autónoma da Madeira.

Portaria n.º 66/77:

Autoriza transferência de verbas no orçamento da Região Autónoma da Madeira.

Portaria n.º 3/78:

Fixa os quantitativos de ajudas de custo a abonar aos servidores do Governo Regional da Madeira.

Portaria n.º 5/78:

Estabelece normas para os preços do aposento e refeições aos estabelecimentos hoteleiros na Região Autónoma da Madeira.

Portaria n.º 6/78.:

Fixa novos preços do álcool etílico e revoga a Portaria n.º 10/77, de 17 de Maio.

Declaração:

Rectifica a redacção da alínea e) do n.º 1 da Portaria n.º 6/78, de 21 de Fevereiro.

Portaria n.º 7/78:

Fixa os preços máximos e margens de comercialização do azeite, na Região Autónoma da Madeira.

////////////////////////////////////

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL

Portaria n.º 3/77

Mostra-se indispensável alargar aos funcionários dos Serviços da Extinta Junta Geral os benefícios concedidos pelo Decreto-Lei 76/77, de forma a evitar as disparidades injustas que se verificam em relação aos trabalhadores da administração local.

A presente portaria destina-se a remediar uma forma imediata as injustiças referidas, que vêm ocasionando mal estar entre os trabalhadores, de forma a garantir o bom funcionamento da administração na Região, tudo sem prejuízo dos estudos em curso com vista à reestruturação dos serviços.

Nestes termos, usando dos poderes que lhe são conferidos pela alínea d) do artigo 33.º do De-

creto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril, o Governo Regional da Madeira manda o seguinte:

ARTIGO 1.º

É aplicável ao pessoal dos serviços dependentes da extinta Junta Geral, com as necessárias adaptações, o disposto no Decreto-Lei n.º 76/77, de 1 de Março, devendo contar-se os prazos nele referidos a partir da data desta portaria.

ARTIGO 2.º

Os novos quadros do pessoal do Governo Regional serão porém fixados por Decreto Regional.

ARTIGO 3.º

As dúvidas que se puserem na aplicação regional do referido Decreto-Lei serão resolvidas por despacho do Secretário Regional competente.

Presidência do Governo Regional, 29 de Março de 1977. — O Presidente do Governo Regional, *Jaime Ornelas Camacho*.

////////////////////////////////////

PRESIDÊNCIA DO GOVERNO REGIONAL E SECRETARIA REGIONAL DO PLANEAMENTO, FINANÇAS E COMÉRCIO

Portaria n.º 1/77

Considerando que a Portaria N.º 703/74, de 29 de Outubro, que fixava para as Ilhas Adjacentes os preços dos tipos de alimentos compostos para animais, se encontra completamente desactualizada;

Considerando que o custo de algumas matérias primas utilizadas na preparação desses alimentos é sensivelmente superior aqui nesta Região;

Assim, tendo em conta todos estes considerandos, torna-se urgente e indispensável fixar os novos preços para os alimentos compostos.

Nestes termos:

O Governo Regional, usando da faculdade que lhe é conferida pelo art. 3.º, N.º 1 do Decreto-Lei N.º 101/76, de 3 de Fevereiro e por força do Decreto-Lei N.º 318-D/76, de 30 de Abril e Decreto-Lei N.º 427-F/76, de 1 de Junho, determina o seguinte:

1. Ficam sujeitos ao regime de preços máximos a que se refere a alínea a) do N.º 1 do art. 1.º, do Decreto-Lei N.º 329-A/74, de 10 de Junho, os

tipos de alimentos compostos para animais a que correspondem as seguintes designações:

A — 101	B — 310	S — 800
A — 102	B — 311	S — 801
A — 104	B — 320	S — 815
A — 111	B — 330	S — 316
A — 115	B — 332	S — 813
A — 120	B — 334	

2. Os preços máximos de venda ao utilizador final dos tipos de alimentos compostos referidos no número anterior são os seguintes, por quilograma:

A — 101	7\$70	B — 310	6\$50
A — 102	7\$30	B — 311	6\$60
A — 104	7\$80	B — 320	5\$40
A — 111	6\$70	B — 330	5\$50
A — 115	7\$30	B — 332	5\$40
A — 120	6\$60	B — 334	5\$50
S — 800	7\$20	S — 816	6\$20
S — 801	7\$20	S — 813	6\$20
S — 815	6\$70		

3. Os preços indicados no número antecedente incluem as despesas de transporte desde a fábrica até ao utilizador final, para entregas não inferiores a 5 T.

4. Os preços máximos de venda fixados no N.º 2, devem entender-se para alimentos compostos farinados e quando acondicionados em sacos de 50 Kg, podendo a esses preços ser acrescido o diferencial de \$15/Kg no caso de alimentos compostos granulados.

5. Na venda de alimentos compostos em embalagens de 5 Kg, 10 Kg e 25 Kg pode ser acrescido aos preços estabelecidos no n.º 2 o diferencial de 2\$00, 4\$00 e 2\$50 por embalagem.

6. Os preços máximos de venda autorizados pela presente portaria devem constar obrigatoriamente na etiqueta aposta nas embalagens que acondicionam os alimentos compostos.

7. A infracção ao disposto no n.º 6 é punida com a multa de 2 000\$00 a 10 000\$00.

8. Deixa de vigorar em relação à R. A. da Madeira a Portaria n.º 703/74, de 29 de Outubro.

9. A presente Portaria entra imediatamente em vigor, à excepção dos números 6 e 7, os quais entrarão em vigor no dia 15 de Abril de 1977.

Presidência do Governo Regional, 15 de Março de 1977. — O Presidente do Governo Regional,

Jaime Ornelas Camacho. — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho.*

Portaria n.º 4/77

De acordo com o art. 3.º, n.º 1 do Decreto-Lei n.º 101/76 e por força do Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril e Decreto-Lei n.º 427-F/76, de 1 de Junho o Governo Regional determina o seguinte:

- 1.º Fica sujeito ao regime de preços máximos de venda ao público, a que se refere a alínea a) do n.º 1 do art. 1.º do Decreto-Lei n.º 329-A/74, de 10 de Julho, o queijo tipo Flamengo e tipo Prato Fabricado na Região.
- 2.º Os preços máximos à porta da fábrica e na venda ao público de queijo tipo Flamengo e tipo Prato fabricado na Região, com 40% ou mais de gordura, são os seguintes por quilograma:

À PORTA DA FÁBRICA	NA VENDA AO PÚBLICO
109\$00	135\$00

- 3.º O queijo tipo Flamengo proveniente do Continente ou dos Açores fica sujeito ao regime de margens de comercialização fixadas de venda ao público, a que se refere a alínea e) do n.º 1 do art. 1.º do Decreto-Lei n.º 329-A/74, de 10 de Julho.
- 4.º As margens máximas de armazenista e de retalhista, serão, respectivamente, de 8\$00 e 18\$00 por quilograma, estando incluído nestes valores o encargo de distribuição.
- 5.º O fabrico de queijo tipo Flamengo tem de obedecer às características tradicionais, apresentando a forma específica.
- 6.º O queijo tipo Ilha, tipo Serra e outros tipos, provenientes do Continente, dos Açores e do Estrangeiro ficam sujeitos ao regime geral do Decreto-Lei n.º 41 204, de 24 de Julho de 1957.
- 7.º A presente Portaria entra imediatamente em vigor.

Presidência do Governo Regional, 12 de Abril de 1977. — O Presidente do Governo Regional,

Jaime Ornelas Camacho. — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho.*

Portaria n.º 5/77

Com a publicação da Portaria N.º 110-C/77, de 4 de Março, que actualizou para o Continente, os preços da manteiga, tornou-se urgente e forçoso adaptar esses preços aqui na Região.

Atendendo que a produção da manteiga tipicamente Madeirense é quase nula, estando neste momento reduzida apenas àquela que é vendida em embalagens originais, tipo «cubo».

Tendo em conta, que a manteiga apresentada pela ILMA, vem na sua quase totalidade do Continente, que por sua vez é importada do estrangeiro, chega como é evidente onerada com os custos de transporte e outros.

Dado que, o consumo local deste produto é bastante elevado, não obstante os custos de produção serem muito altos, os preços ao consumidor passarão a ser iguais aos do Continente.

Assim, ao abrigo do art. 3.º, N.º 1 do Decreto-Lei N.º 101/76, de 3 de Fevereiro e por força do Decreto-Lei N.º 318-D/76, de 30 de Abril e Decreto-Lei N.º 427-F/76, de 1 de Junho, o Governo Regional determina o seguinte:

1.º — A manteiga pasteurizada e não pasteurizada deixa de estar sujeita ao regime de preços máximos a que se refere a alínea a) do artigo 1.º do Decreto-Lei N.º 329-A/74, de 10 de Julho, passando a ser submetida ao regime de margens de comercialização fixadas, a que se refere a alínea e) do artigo 1.º daquele diploma.

2.º — As margens de comercialização referidas no número anterior não poderão exceder, para o armazenista, 7% sobre os preços à saída da fábrica ou no armazém do consignatário na Madeira e, para o retalhista, 15% sobre os preços de entrega no estabelecimento de retalho.

3.º — Ao preço de armazenista ou de retalhista poderá ser acrescido o encargo de distribuição de 1\$50 kg, para que seja vendido ao público, por igual preço em todo o Arquipélago. Ao armazenista ou armazenista consignatário compete a distribuição deste produto, podendo no entanto o retalhista beneficiar dessa margem desde que proceda à recolha directa no armazenista.

4.º — A comercialização da manteiga pasteurizada deve obedecer às seguintes condições:

- a) Venda em embalagens originais de 125 g, 250 g e 500 g;
- b) Apresentação em embalagens apropriadas, devendo ser convenientemente esterilizado o papel que contacta com a manteiga;
- c) Forma de acondicionamento que garanta a inviolabilidade do produto;
- d) Indicação bem legível da marca do fabricante;
- e) Referência expressa à designação «meio sal» ou «sem sal».

5.º — A presente portaria entra imediatamente em vigor.

Presidência do Governo Regional, 12 de Abril de 1977. — O Presidente do Governo Regional, *Jaime Ornelas Camacho.* — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho.*

Portaria n.º 6/77

Considerando que as medidas de fomento de bonivicultura regional, ora em curso, no sentido da sua dinamização, implica a prática de uma política de preços à produção ajustada às realidades da presente conjuntura.

Considerando a influência que esta política de preços poderá vir a ter, como incentivo, na conjuntura de acções desenvolvidas e a desenvolver para defesa e incremento do património pecuário regional;

Considerando que os preços de garantia à produção em vigor, estabelecidos pela Portaria 7/76, de 20 de Julho, da ex-Junta Regional, estão muito abaixo das reais cotações praticadas;

Considerando que noutras parcelas do território Nacional, incluindo as do Arquipélago dos Açores, vêm já sendo praticados preços superiores aos anteriores e, que esta Região, por virtude dos déficits da sua produção, tem de socorrer-se das mesmas fontes de abastecimento que o mercado de Lisboa — gado proveniente dos Açores e carne congelada importada;

Considerando que o regime de subsídios que vinha vigorando, desde há anos deixaram de exercer o seu objectivo, como moderadores de preços na venda ao público e, bem assim, de motor no desenvolvimento da bonivicultura regional e, portanto, de se reflectir na lavoura e no consumidor;

Considerando que as cotações das carnes con-

geladas no mercado internacional vem sofrendo aumentos consideráveis, o que associando à recente desvalorização do escudo, implica necessariamente o agravamento nos preços na sua aquisição;

Considerando a conveniência em se estabelecer apesar das dificuldades da hora presente, para as carnes verdes e congeladas, preços diferenciados, de modo que estes últimos fossem mais acessíveis aos consumidores economicamente mais débeis.

Nestes termos:

O Governo Regional ao abrigo do art. 3.º, N.º 1 do Decreto-Lei N.º 101/76, e por força do Decreto-Lei N.º 318-D/76, de 30 de Abril e Decreto-Lei N.º 427-F/76, de 1 de Junho, determina o seguinte:

- 1.º — Os preços de compra de gado à lavoura e de venda das carnes ao público passam a ser máximos e deixam de beneficiar do regime de subsídios que vinha vigorando.
- 2.º — Os preços máximos de compra à lavoura, são os fixados na tabela A.
- 3.º — Os preços máximos de venda ao público das carnes verdes, são os estabelecidos na tabela B.
- 4.º — Os preços máximos de venda ao público da carne congelada, são os estipulados na tabela C.
- 5.º — As presentes tabelas serão corrigidas, mediante despacho conjunto da Secretaria de Planeamento, Finanças e Comércio e da Secretaria da Agricultura, Indústria e Pescas, quando, por motivo de flutuações nos preços de carne congelada no mercado internacional ou outros, devidamente justificados.
- 6.º — São mantidas as taxas constantes da tabela dos custos dos serviços prestados pelos matadouros, anexa à Portaria N.º 84/75, de 14 de Fevereiro, a cobrar pela Delegação da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, através daqueles departamentos.
- 7.º — As peças e porções de carnes para venda nos estabelecimentos de retalho, têm de estar devidamente identificados como tal e marcados com os preços que lhes correspondem e, bem assim, em bom estado de conservação.
- 8.º — A falta de cumprimento do disposto no número anterior, no que se refere à

carne congelada, dá lugar à suspensão imediata do fornecimento da mesma por parte da Delegação da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, bem como à aplicação das sanções previstas na lei geral e especial para todos os casos de infração que prejudiquem o consumidor.

9.º — As tabelas de preços a fixar em estabelecimentos de retalho das carnes verdes e congeladas serão fornecidas pela Delegação da Junta Nacional dos Produtos Pecuários.

10.º — O presente diploma entra imediatamente em vigor.

TABELA A

Tabela de preços máximos de compra à lavoura por quilo:

1.ª categoria

Novilhos e novilhas com o peso superior a 180 Kg até o início do 2.º desfecho	105\$00
Bois	95\$00
Vacas	90\$00
Vitelos	115\$00

2.ª categoria

Novilhos e novilhas com o peso inferior a 180 Kg e mínimo de 150 Kg até início do 2.º desfecho	95\$00
Bois	90\$00
Vacas	85\$00
Vitelos	100\$00

3.ª categoria

Bois e vacas	40\$00
---------------------	--------

TABELA B

Tabela de preços de venda da carne verde ao público por quilo:

Categorias e peças	Sem osso	Com osso
Lombo (filete)	190\$00	—\$—
Vazia (lombo)	180\$00	—\$—

1.ª categoria

Acém redondo, poja-

douro, coberta do pojadouro, rabadilha, acém comprido, alcatra, chã de fora e cheio, agulha, espelho e sete da pá ...	160\$00	120\$00
---	---------	---------

2.ª categoria

Resto da pá, aba grossa, cachaço, peito alto, chambões e coberta do acém ...	120\$00	82\$50
--	---------	--------

3.ª categoria

Aba delgada, aba das costelas, prego do peito e rabo ...	70\$00	49\$00
--	--------	--------

Língua ...	80\$00	
Rim limpo ...	80\$00	
Rilada e gordura ...	5\$00	
Vitela ...	Preços livres sem exceder os acima indicados com mais 20%.	

TABELA C

Tabela de preços máximos de venda ao público de carne congelada, por quilo:

Categorias e peças	Sem osso	Com osso
Lombo (filete) ...	170\$00	—\$—
Vazia (lombo) ...	160\$00	—\$—

1.ª categoria

Acém redondo, pojadouro, coberta do pojadouro, rabadilha, acém comprido, alcatra, chã de fora e cheio, agulha, espelho e sete da pá ...	130\$00	97\$50
---	---------	--------

2.ª categoria

Resto da pá, aba grossa, cachaço, peito alto, chambões e coberta do acém ...	90\$00	67\$50
--	--------	--------

3.ª categoria

Aba delgada, aba das

costelas, prego do peito e rabo ...	50\$00	37\$50
Vitela ...	Preços livres sem exceder os acima indicados com mais 20%.	

Presidência do Governo Regional, 12 de Abril de 1977. — O Presidente do Governo Regional, *Jaime Ornelas Camacho*. — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho*.

Portaria n.º 7/77

Ao abrigo do art. 3.º, N.º 1 do Decreto-Lei n.º 101/76, de 3 de Fevereiro e por força do Decreto-Lei N.º 318-D/76, de 30 de Abril e Decreto-Lei N.º 427-F/76, de 1 de Junho, o Governo Regional determina o seguinte:

1.º — Os preços de venda ao público dos ovos ficam sujeitos ao regime de preços máximos a que se refere a alínea a) do N.º 1 do art. 1.º do Decreto-Lei N.º 329-A/74, de 10 de Julho.

2.º — Os preços máximos referidos no número anterior são os constantes da tabela anexa ao presente diploma.

3.º — Os preços de venda de ovos formam-se, para o comércio grossista, qualquer que seja o número de intervenientes, adicionando aos preços de compra na produção uma quantia fixa de 3\$/dúzia, a qual é independente da classificação comercial e engloba o lucro líquido, bem como todos os encargos inerentes ao exercício da respectiva actividade.

4.º — Os preços de venda de ovos formam-se, para o comércio retalhista, adicionando aos preços de aquisição uma quantia fixa de 3\$50/dúzia, a qual é independente da classificação comercial e engloba o lucro líquido, bem como todos os encargos inerentes ao exercício da respectiva actividade.

5.º — Na comercialização de ovos é obrigatória para o produtor a passagem de factura devidamente datada, nos termos do disposto no N.º 9 da Portaria N.º 21 362, de 30 de Junho de 1965.

6.º — Esta portaria entra imediatamente em vigor.

TABELA

Preços máximos de venda ao público a praticar por dúzias de ovos.

TIPO DE EMBALAGEM	COR DA CASCA	CLASSE	PREÇO
Ovotherm	Branco	Pequenos — c/peso superior a 40 g	28\$90
		Médios — c/peso superior a 50 g	34\$30
		Grandes — c/peso superior a 60 g	36\$00
	Castanhos	Pequenos — c/peso superior a 40 g	30\$30
		Médios — c/peso superior a 50 g	36\$20
		Grandes — c/peso superior a 60 g	37\$90
Outras embalagens e a granel	Branco	Pequenos — c/peso superior a 40 g	27\$20
		Médios — c/peso superior a 50 g	32\$60
		Grandes — c/peso superior a 60 g	34\$30
	Castanhos	Pequenos — c/peso superior a 40 g	28\$60
		Médios — c/peso superior a 50 g	34\$50
		Grandes — c/peso superior a 60 g	36\$20

Presidência do Governo Regional, 19 de Abril de 1977. — O Presidente do Governo Regional, *Jaime Ornelas Camacho*. — O Secretário Regional

do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho*.

Declaração

Para os devidos efeitos se declara que a Portaria n.º 7/77 de 19 de Abril que fixa os preços dos ovos, saiu com as seguintes inexactidões, que

assim se rectificam:

Na Tabela, preços máximos de venda ao público a praticar por dúzias de ovos, onde se lê:

TIPO DE EMBALAGEM	COR DA CASCA	CLASSE	PREÇO
Ovotherm	Branco	Pequenos — c/peso superior a 40 g	28\$90
		Médios — c/peso superior a 50 g	34\$30
		Grandes — c/peso superior a 60 g	36\$00
	Castanhos	Pequenos — c/peso superior a 40 g	30\$30
		Médios — c/peso superior a 50 g	36\$20
		Grandes — c/peso superior a 60 g	37\$90

Deve ler-se:

TIPO DE EMBALAGEM	COR DA CASCA	CLASSE	PREÇO
Ovotherm	Branco	Pequenos — c/peso superior a 40 g	30\$20
		Médios — c/peso superior a 50 g	35\$60
		Grandes — c/peso superior a 60 g	37\$30
	Castanhos	Pequenos — c/peso superior a 40 g	31\$60
		Médios — c/peso superior a 50 g	37\$50
		Grandes — c/peso superior a 60 g	39\$20

Presidência do Governo Regional, 19 de Abril de 1977. — O Presidente do Governo Regional, *Jaime Ornelas Camacho*. — O Secretário Regional

do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho*.

Portaria n.º 8/77

Ao abrigo do artigo 3.º, N.º 1 do Decreto-Lei N.º 101/76, de 3 de Fevereiro e por força do Decreto-Lei N.º 318-D/76, de 30 de Abril e Decreto-Lei N.º 427-F/76, de 1 de Junho, o Governo Regional determina o seguinte:

1.º — Os preços de venda ao público do galo, da galinha e do frango preparados segundo o tipo «carcaça pronta a cozinhar» e das respectivas miudezas comestíveis ficam sujeitos ao regime de preços máximos a que se refere a alínea a) do N.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei N.º 329-A/74, de 10 de Julho.

2.º — Os preços máximos referidos no número anterior são os constantes da tabela anexa ao presente diploma.

3.º — Os preços de venda dos galos, galinhas e frangos formam-se, para o comércio grossista, qualquer que seja o número de intervenientes, adicionando aos preços de compra na produção uma quantia fixa, adiante indicada, a qual é independente da classificação comercial das aves e engloba o lucro líquido, bem como todos os encargos inerentes ao exercício da respectiva actividade:

a) Galos, galinhas e frangos vivos — 3\$00/Kg

b) Galos, galinhas e frangos mortos—3\$50/Kg.

§ 1.º Quando o comércio grossista adquirir os galos, as galinhas e os frangos vivos e efectuar o abate, a margem de comercialização que auferirá, nos termos deste número, é de 16\$00.

§ 2.º A margem de comercialização prevista no parágrafo anterior entende-se sobre o preço de compra à produção na origem e por quilograma.

4.º — Os preços de venda dos galos, galinhas e frangos formam-se, para o comércio retalhista, adicionando aos preços de aquisição uma quantia fixa, adiante indicada, a qual é independente da classificação comercial das aves e engloba o lucro líquido, bem como os encargos inerentes ao exercício da respectiva actividade:

a) Galos, galinhas e frangos vivos — 3\$20/Kg

b) Galos, galinhas e frangos mortos—6\$00/Kg.

§ 1.º — Quando o comércio retalhista adquirir os galos, as galinhas e os frangos vivos e efectuar o abate, a margem de comercialização que poderá auferir, nos termos deste número, é de 16\$00.

§ 2.º — A margem de comercialização estabelecida no parágrafo anterior entende-se sobre o preço de compra e por quilograma.

5.º — Na comercialização de galos, galinhas e frangos é obrigatória para o produtor a passagem de factura devidamente datada, nos termos do disposto no N.º 9 da Portaria N.º 21 362, de 30 de Junho de 1965.

6.º — O presente diploma entra imediatamente em vigor.

TABELA

Preço máximo de venda ao público de frango, galo ou galinha preparados segundo o tipo «carcaça pronta a cozinhar» e das miudezas comestíveis respectivas:

P/quilograma

1. Carcaça de frango, galo ou galinha pronta a cozinhar, acompanhada das miudezas comestíveis	57\$00
--	--------

Presidência do Governo Regional, 19 de Abril de 1977. — O Presidente do Governo Regional, *Jaime Ornelas Camacho*. — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho*.

Portaria n.º 9/77

A considerável elevação dos custos das matérias-primas, produção industrial e distribuição de álcool etílico, impõe a necessidade de uma revisão dos preços.

Torna-se, além disso, necessário estabelecer um preço de venda ao público do álcool etílico que desencoraje o seu desvio para fins ilegais e até socialmente nocivos.

Na presente portaria, procurou-se atender a estes dois factos, embora o nível de preços fixados fique aquém do praticado já na maior parte dos países estrangeiros.

Contudo, não deixa de se estabelecer preços bastante mais baixos para o álcool a fornecer às indústrias que o utilizam como matéria-prima ou subsidiária, por forma a não prejudicar a sua actividade.

Nestes termos:

O Governo Regional ao abrigo do artigo 3.º, N.º

1, do Decreto-Lei N.º 101/76, de 3 de Fevereiro e por força do Decreto-Lei N.º 318-D/76, de 30 de Abril e Decreto-Lei N.º 427-F/76, de 1 de Junho, determina o seguinte:

1.º — a) — São fixados os seguintes preços por litro de álcool etílico a vender, na Região, pela Delegação no Funchal da Administração-Geral do Açúcar e do Alcool (A.G.A.):

TIPO DE ALCÓOL	ADQUIRENTES				
	GRUPO A	GRUPO B		GRUPO C	
		A GRANEL	EMBALADO	A GRANEL	EMBALADO
Alcool Etílico a 95.º Fermentação (Puro)	62\$00	15\$00	—	20\$00	—
Alcool Desnaturado	14\$00	10\$00	—	10\$00	—

b) — Consideram-se incluídos no grupo A as farmácias e drogarias; no grupo B os hospitais, casas de saúde e similares administrados pelo Estado ou corpos administrativos, estabelecimentos fabris do Estado, pessoas colectivas de utilidade pública administrativa, laboratórios, explorações agrícolas, instalações frigoríficas, fabricantes de produtos químicos e de tintas e vernizes; no grupo C os fabricantes de bebidas espirituosas de origem não vinica, de perfumes, cosméticos e outros produtos de higiene pessoal, e ainda outras entidades utilizadoras de álcool como matéria sub-

sidária na sua actividade, não incluídas no grupo B.

c) — Para utilização laboratorial das farmácias, a A.G.A. fornecer-lhes-á, ao preço de 15\$00 por litro, 10 por cento do respectivo contingente de álcool etílico de fermentação a 95.º, podendo tal percentagem ser alterada em casos devidamente justificados e precedidos da concordância da Direcção-Geral de Saúde.

2.º — a) — Os preços de venda ao público, na Região, são os seguintes:

TIPO DE ALCÓOL	A GRANEL POR LITRO	EMBALADO 1/2 LITRO
Alcool Etílico a 95.º Fermentação (Puro)	76\$00	38\$00
Alcool Desnaturado	20\$00	—

b) — Os preços a que se refere o número anterior incluem todas as importâncias correspondentes aos encargos de comercialização, abrangendo o lucro e o imposto de transacções.

3.º — A presente Portaria entra imediatamente em vigor.

Presidência do Governo Regional, 19 de Abril de 1977. — O Presidente do Governo Regional, *Jaime Ornelas Camacho*. — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho*.

Portaria n.º 10/77

A considerável elevação dos custos das matérias-primas, produção industrial e distribuição

de álcool etílico, impõe a necessidade de uma revisão dos preços.

Torna-se, além disso, necessário estabelecer um preço de venda ao público do álcool etílico que desencoraje o seu desvio para fins ilegais e até socialmente nocivos.

Na presente portaria, procurou-se atender à estes dois factos, embora o nível de preços fixados fique aquém do praticado já na maior parte dos países estrangeiros.

Contudo, não deixa de se estabelecer preços bastante mais baixos para o álcool a fornecer às indústrias que o utilizam como matéria-prima ou subsidiária, por forma a não prejudicar a sua actividade.

Nestes termos:

O Governo Regional ao abrigo do artigo 3.º, N.º 1, do Decreto-Lei N.º 101/76 de 3 de Fevereiro e

por força do Decreto-Lei N.º 318-D/76, de 30 de Abril e Decreto-Lei N.º 427-F/76, de 1 de Junho, determina o seguinte:

1.º — a) — São fixados os seguintes preços por litro de álcool etílico a vender, na Região, pela Delegação do Funchal da Administração-Geral do Açúcar e do Alcool (A. G. A.):

TIPO ALCOOL	ADQUIRENTES	
	GRUPO A	GRUPO B
Alcool Etílico puro de fermentação a 95º	62\$00	20\$00
Alcool a Desnaturar	20\$00	20\$00

b) — Consideram-se incluídos no *Grupo A* as farmácias, drogarias, laboratórios clínicos, médicos, enfermeiros, postos clínicos, casas de saúde privadas e, outras entidades não incluídas no Grupo B; no *Grupo B* os hospitais, casas de saúde e similares administrados pelo Estado, estabelecimentos de assistência, pessoas colectivas de utilidade pública, fabricantes de produtos químicos e de tintas e vernizes, os fabricantes de bebidas espirituosas de origem não vínica, de perfumes, cosméticos e outros produtos de higiene pessoal.

c) — Para utilização laboratorial das farmácias, a A. G. A. fornecerá ao preço de 20\$00 por litro, até 10% do quantitativo adquirido no mês anterior, de álcool etílico puro de fermentação a 95º, devendo para o efeito serem presentes à A.G.A. as razões justificativas das respectivas utilizações.

d) — Os adquirentes de álcool a desnaturar deverão ser portadores do produto desnaturante que será aplicado no acto da aquisição, e sob controlo dos serviços da A. G. A.. Competirá à A. G. A. diferenciar e designar os adquirentes de álcool a desnaturar.

c) — Para utilização laboratorial a A. G. A. fornecerá álcool absoluto de fermentação, em embalagens de 1 litro, aos hospitais ao preço de 24\$00, devendo em ambos os casos, as entidades adquirentes, fazer prova do tipo de utilização dos quantitativos a adquirir.

2.º — a) — Os preços de venda ao público, na Região, são os seguintes:

TIPO DE ALCOOL	A GRANEL POR LITRO
Alcool Etílico puro de fermentação a 95º	76\$00
Alcool Desnaturado	30\$00

b) — Os preços a que se refere o número anterior incluem todas as importâncias correspondentes aos encargos de comercialização, abrangendo o lucro e o imposto de transacções.

3.º — É revogada a Portaria N.º 9, de 19 de Abril de 1977.

4.º — O presente diploma entra imediatamente em vigor.

Presidência do Governo Regional, 17 de Maio de 1977. — O Presidente do Governo Regional, *Jaime Ornelas Camacho*. — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho*.

Portaria n.º 11/77

Usando da faculdade conferida pelo art. 3.º, N.º 1 do Decreto-Lei N.º 101/76, de 3 de Fevereiro e por força do Decreto-Lei N.º 318-D/76, de 30 de Abril e Decreto-Lei n.º 427-F/76, de 1 de Junho, o Governo Regional determina o seguinte:

1.º — A Portaria N.º 9/76, de 10 de Agosto da Junta Administrativa e de Desenvolvimento da Madeira continua em vigor, à excepção do seu N.º 2, que passa a ter a redacção do N.º 2 da presente Portaria.

2.º — É permitido aos negociantes ou talhantes de carnes nos arraiais acrescentar 25% aos preços constantes da tabela a que se refere a Portaria N.º 4 de 5 de Abril de 1977.

3.º — Este diploma entra imediatamente em vigor.

Presidência do Governo Regional, 24 de Maio de 1977. — O Presidente do Governo Regional, *Jaime Ornelas Camacho*. — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho*.

Portaria n.º 13/77

«FUNDO DE COMPENSAÇÃO»

É urgente e necessário criar-se um «Fundo de Compensação», que garanta duma maneira eficaz, uma uniformização de preços no que concerne a produtos iguais de 1.ª necessidade em toda a Região e, de igual modo, possa atenuar os elevados preços de bens essenciais de consumo, de modo a permitir um maior acesso a estes, por parte das classes mais desfavorecidas.

Considerando, que por vezes é indispensável e imperioso subsidiar bens essenciais de consumo;

Considerando, que determinados produtos alimentares aparecem no mercado regional a preços demasiado altos o que os torna quase proibitivos às classes mais desfavorecidas;

Considerando, que existe e sempre existiu preços diferentes entre produtos iguais dentro da Região;

Considerando, que a uniformização de preços é um imperativo de Justiça Social;

Considerando, que não há razão de ordem social, moral e económica para tratamentos desiguais quer em relação a preços, quer em relação a qualidade e quantidade de produtos entre concelhos do mesmo Arquipélago;

Tendo em conta todos estes considerandos torna-se, como é evidente, necessário criar um mecanismo que permita concretizar os objectivos pretendidos, ou seja, uma uniformização de preços e uma adopção duma política de preços reduzidos, através de subsídios, em relação a bens alimentares essenciais, a fim de os tornar mais acessíveis à população regional.

Assim, nestes termos:

Usando da faculdade conferida pelo art. 7.º, do Decreto Regional N.º 2/76, de 21 de Outubro, determino o seguinte:

- 1.º — É constituído o «Fundo de Compensação», que ficará integrado no serviço dependente directamente da Secretaria de Planeamento, Finanças e Comércio.

2.º — a) O Fundo tem por objectivo suportar as despesas resultantes da fixação de preços uniformes, em toda a Região.

b) Compreende ainda no objectivo do Fundo a prática de operações, com vista a suportar parte dos custos de alguns produtos de 1.ª necessidade ao abastecimento público.

3.º — O Fundo disporá de receitas, nomeadamente de taxas sobre bens, de taxas sobre serviços e dotações orçamentais.

4.º — Compete ao Secretário Regional de Planeamento, Finanças e Comércio, por meio do despacho, indicar os bens e serviços, bem como o valor das taxas que hão-de incidir sobre aqueles.

5.º — A presente Portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Presidência do Governo Regional, 12 de Julho de 1977. — O Presidente do Governo Regional, *Jaime Ornelas Camacho*. — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho*.

Portaria n.º 19/77

Considerando a necessidade de disciplinar a produção e a comercialização das uvas e mostos destinados à produção do vinho Madeira da colheita de 1977.

Considerando a necessidade de favorecer através do estabelecimento de preços mínimos a realização da reconversão da cultura que o Governo Regional está a apoiar técnica e financeiramente.

Considerando que se torna necessário premiar as produções que atinjam maior grau, a fim de se estimular as produções de melhor qualidade, introduz-se a diferenciação de preços segundo o grau.

Assim, o Governo Regional de harmonia com a legislação em vigor, determina os seguintes preços mínimos:

ARTIGO 1.º

Os preços do Sercial e Boal são:

CASTAS	PREÇO POR GRAU/KILO	PREÇO POR GRAU/LITRO
Sercial	inferior ou igual a 7º ... 2\$86	inferior ou igual a 7º ... 3\$57
Boal	superior a 7º 3\$00	superior a 7º 3\$75

ARTIGO 2.º

Os preços do Verdelho e Malvasia Candia são:

CASTAS	PREÇOS POR GRAU/KILO	PREÇOS POR GRAU/LITRO
Verdelho	inferior e igual a 9.º ... 2\$22	inferior e igual a 9º ... 2\$78
Malvasia	superior a 9º 2\$33	superior a 9.º 2\$91
Candia		

ARTIGO 3.º

Os preços do Terrantez são:

CASTAS	PREÇOS POR GRAU/KILO	PREÇOS POR GRAU/LITRO
Terrantez	inferior ou igual a 9.º ... 2\$67	inferior ou igual a 9º ... 3\$34
	superior a 9º 2\$80	superior a 9º 3\$50

ARTIGO 4.º

Os preços Tinta Negra Mole, Málaga, Castas Novas e Castas Boas do Porto Santo:

CASTAS	PREÇOS POR GRAU/KILO	PREÇOS POR GRAU/LITRO
Tinta Negra	inferior a 8º 1\$50	inferior a 8º 1\$187
Mole, Málaga,	igual ou superior a 8º ...	igual ou superior a 8º ...
Castas Novas e	e inferior a 10º 1\$60	e inferior a 10º 2\$00
Castas Boas do	igual ou superior a 10º ... 1\$70	igual ou superior a 10º ... 2\$13
Porto Santo		

ARTIGO 5.º

Os preços dos produtores directos são:

CASTAS	PREÇOS POR GRAU/KILO	PREÇOS POR GRAU/LITRO
Produtores directos	\$70	\$93

ARTIGO 6.º

Esta Portaria entra imediatamente em vigor.
Presidência do Governo Regional, 16 de Agos-

to de 1977. — O Presidente do Governo Regional, *Jaime Ornelas Camacho*. — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho*.

Portaria n.º 30/77

A fim de possibilitar o pagamento de despesas de telefone do Governo Civil do Funchal, bem como de outras despesas, designadamente a resultante da reparação do duplicador em serviço na respectiva secretaria, há necessidade de se proceder à transferência de verbas incluídas no Orçamento de 1977, no capítulo inerente à Presidência do Governo Regional, pelo que, ao abrigo do art.º 3.º do Decreto Regional n.º 5/77/M, de 21 de Abril, manda o Governo Regional, através da Secretaria do Planeamento, Finanças e Comércio, o seguinte:

1.º — Que se proceda à transferência da importância de oitenta e cinco mil escudos (85 000\$) do Capítulo segundo, artigo quarenta e dois — Remunerações Certas e Permanentes — para reforço dos artigos cinquenta e três e cinquenta e quatro do capítulo segundo — Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações, e aquisição de Serviços — Não especificados, nas importâncias de setenta e cinco mil e dez mil escudos, respectivamente.

2.º — Esta Portaria entra imediatamente em vigor

Presidência do Governo Regional, 11 de Outubro de 1977. — O Presidente do Governo Regional, *Jaime Ornelas Camacho*. — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho*.

Portaria n.º 36/77

A fim de possibilitar o pagamento de «Outras despesas correntes» da Secretaria Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, há necessidade de se proceder à transferência de uma verba de oitocentos mil escudos (800 000\$00) para reforço da respectiva alínea, pelo que ao abrigo do artigo terceiro do Decreto Regional n.º 5/77/M, de 21 de Abril, manda o Governo, pela Secretaria Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, o seguinte:

1.º — Que se proceda à transferência da importância de oitocentos mil escudos da alínea três — Pessoal assalariado, nos termos do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 47 051, de 9 de Setembro de 1948 — do artigo vinte e quatro do Capítulo segundo do Orçamento Ordinário, respeitante à Presidência do Governo Re-

gional, para reforço da alínea nove — Assistência na Doença aos Servidores Cíveis do Estado (A.D.S.E.) — do artigo sessenta e nove do Capítulo terceiro, respeitante à Secretaria Regional do Planeamento, Finanças e Comércio.

2.º — Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

Presidência do Governo Regional, 18 de Outubro de 1977. — O Presidente do Governo Regional, *Jaime Ornelas Camacho*. — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho*.

Portaria n.º 41/77

Torna-se necessário acautelar que o exercício da competência para o licenciamento das importações por órgãos regionais não seja frustrada, ainda que em casos esporádicos, na realização da sua finalidade, que é o abastecimento da Região.

Assim, o Governo Regional ao abrigo dos Decretos-Leis n.ºs 101/76, 318-D/76 e 427-F/76, respectivamente de 3 de Fevereiro, 30 de Abril e 1 de Junho, determina o seguinte:

1.º — As mercadorias importadas mediante boletins de registo emitidos por entidades regionais, com excepção das utilizadas na produção para exportação, destinam-se exclusivamente ao abastecimento da Região.

2.º — 1) — O comerciante, seja importador, armazenista ou retalhista, que der diferente aplicação às mercadorias importadas, é punido nos termos do art.º 30, do Decreto-Lei N.º 41 204, de 24 de Julho de 1957.

2) — É punido nos mesmos termos o comerciante que vender a particulares quantitativos anormais de mercadorias importadas e posteriormente subtraídas ao abastecimento regional.

3.º — Mediante pedido devidamente fundamentado, poderá o Secretário de Planeamento Finanças e Comércio, através de despacho, autorizar a importação de mercadorias não abrangidas nas condições estabelecidas no N.º 1, deste diploma.

4.º — Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

Presidência do Governo Regional, 15 de Novembro de 1977. — O Presidente do Governo Regional, *Jaime Ornelas Camacho*. — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho*.

Portaria n.º 43/77

A fim de possibilitar o pagamento de despesas correntes, há necessidade de se proceder à transferência de verbas para reforço de outras dentro do capítulo segundo do Orçamento para mil novecentos setenta e sete, respeitante à Presidência do Governo Regional e à Secretaria-Geral, pelo que, ao abrigo do art.º 3.º do Decreto Regional N.º 5/77/M, de 21 de Abril, manda o Governo Regional, através da Secretaria do Planeamento, Finanças e Comércio, o seguinte:

1.º — Que se proceda às transferências e reforços de verbas de várias rubricas do Orçamento para mil novecentos setenta e sete, dentro do capítulo segundo, inerente à Presidência do Governo Regional e à Secretaria-Geral, assinaladas no mapa que faz parte integrante desta Portaria, na importância global de um milhão cento e sessenta e três mil escudos.

2.º — Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

VERBAS A TRANSFERIR DO ORÇAMENTO DO GOVERNO REGIONAL

Cap. 2.º Art.º 11.º	
Subsídios de Férias e de Natal ...	90 000\$00
Cap.º 2.º Art.º 18.º	
Aquisição de Serviços — Locação de Bens ...	350 000\$00
Cap.º 2.º Art.º 22.º	
Remodelação de Instalações ...	643 000\$00
Cap.º 2.º Art.º 31.º alínea 1)	
Prestações Directas — Previdência Social:	
Abono de família ...	80 000\$00
TOTAL ...	1 163 000\$00

VERBAS A REFORÇAR

Cap.º 2.º Art.º 19.º	
Aquisição de serviços — Transportes e Comunicações ...	25 000\$00
Cap.º 2.º Art.º 24.º Alínea 2)	
Quadro do pessoal auxiliar ...	50 000\$00
Cap.º 2.º Art.º 25.º	
Gratificações certas e permanentes ...	8 000\$00
Cap.º 2.º Art.º 27.º	
Subsídios de Férias e de Natal	40 000\$00
Cap.º 2.º Art.º 28.º	
Horas extraordinárias ...	60 000\$00
Cap.º 2.º Art.º 32.º	
Contribuições para instituições — Previdência Social ...	20 000\$00
Cap.º 2.º Art.º 36.º	
Bens não duradouros — Consumos de Secretaria ...	300 000\$00
Cap.º 2.º Art.º 38.º	
Aquisição de Serviços — Encargos das instalações ...	50 000\$00
Cap.º 2.º Art.º 39.º	
Aquisição de Serviços — Transportes e Comunicações ...	200 000\$00
Cap.º 2.º Art.º 40.º Alínea 2)	
Aquisição de Serviços—Não especificados:	
Conservação, manutenção e reparação de veículos automóveis, incluindo aquisição de gasolina, óleos, utensílios e acessórios para os mesmos ...	50 000\$00
Cap.º 2.º Art.º 41.º Alínea 3)	
Outras despesas correntes — Diversos ...	300 000\$00
Cap.º 2.º Art.º 41.º Alínea 8)	
Outras despesas correntes — Despesas de anos findos ...	60 000\$00
TOTAL ...	1 163 000\$00

Presidência do Governo Regional, 15 de No-

vembro de 1977. — O Presidente do Governo Regional, *Jaime Ornelas Camacho*. — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho*.

Portaria n.º 44/77

A fim de possibilitar o pagamento de subsídios às Câmaras Municipais deste distrito há necessidade de se proceder à transferência de uma verba de vinte e dois milhões de escudos do Capítulo do Orçamento Ordinário para 1977 inerente à Secretaria Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, pelo que, ao abrigo do artigo 3.º do Decreto Regional n.º 5/77/M, de 21 de Abril, manda o Governo Regional, através da referida Secretaria, o seguinte:

1.º — Que se proceda à transferência da importância de vinte e dois milhões de escudos (22 000 000\$00) do Capítulo 3.º, Artigo 70.º — Participações Financeiras —, para reforço do Capítulo 2.º, Artigo 20.º — Transferências — Sector Público — Subsídios às Câmaras Municipais (capítulo inerente à Presidência do Governo Regional).

2.º — Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

Presidência do Governo Regional, 15 de Novembro de 1977. — O Presidente do Governo Regional, *Jaime Ornelas Camacho*. — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho*.

Portaria n.º 52/77

A fim de possibilitar o pagamento à Câmara Municipal do Funchal da importância de vinte mil contos; em conta do subsídio global a entregar àquele corpo administrativo até o fim do corrente ano, e havendo necessidade de, para o efeito, se proceder à transferência daquela importância, manda o Governo Regional, através da sua Secretaria de Planeamento, Finanças e Comércio, ao abrigo do artigo 3.º do Decreto Regional n.º 5/77/M, de 21 de Abril, o seguinte:

1.º — Que se proceda à transferência da importância de 20 000 000\$00 (vinte milhões de escudos) do capítulo 3.º, Art.º 70.º — Despesas de Capital — Participações Financeiras, para refor-

ço do Cap.º 2.º, Artigo 20.º — Despesas Correntes — Transferências — Sector Público — Subsídios às Câmaras Municipais, em igual montante.

2.º — Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

Presidência do Governo Regional, 6 de Dezembro de 1977. — O Presidente do Governo Regional, *Jaime Ornelas Camacho*. — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho*.

Portaria n.º 66/77

A fim de possibilitar o pagamento de despesas correntes, há necessidade de proceder-se à transferência da importância de cinco milhões oitocentos e quinze mil escudos da alínea quatro, artigo sessenta e nove do capítulo terceiro, inerente à Secretaria Regional do Planeamento, Finanças e Comércio e respeitante a provisões para cobrir avales concedidos, para reforço, no montante de cinco mil escudos da alínea um do artigo trinta e quatro do capítulo segundo, e inclusão no artigo quarenta e um, do mesmo capítulo, da alínea nove, com a importância de cinco milhões oitocentos e dez mil escudos, destinada a possibilitar o pagamento dos encargos resultantes do fretamento de aviões estrangeiros para o transporte de pessoal entre Lisboa e Funchal, por motivo da greve dos Pilotos dos Transportes Aéreos Portugueses (TAP), pelo que ao abrigo do artigo 3.º do Decreto Regional n.º 5/77/M, de 21 de Abril, manda o Governo Regional, através da Presidência e da Secretaria do Planeamento, Finanças e Comércio, que se proceda à transferência da importância atrás mencionada para os fins indicados.

Esta Portaria entra imediatamente em vigor.

Presidência do Governo Regional, 30 de Dezembro de 1977. — O Presidente do Governo Regional, *Jaime Ornelas Camacho*. — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho*.

Portaria n.º 3/78

Considerando que a Portaria n.º 378/77, de 23 de Junho, que veio substituir e actualizar a tabela de ajudas de custo para a função pública introduzida pelas portarias n.ºs 567/74 e 757/76 de 5 de

Setembro e 22 de Dezembro, respectivamente, não foi aplicada à Região Autónoma da Madeira, por se mostrar inconveniente, sobretudo no que respeita ao acréscimo de 30% às mesmas tabelas, que incidiram nos percursos dentro das Ilhas, em relação aos quais não pode aceitar o Governo Regional por injustificado;

Considerando que os funcionários e demais servidores públicos do Governo Regional da Madeira desde 1974 não auferem aumentos neste particular;

Considerando, também, ser oportuno fixar agora, num único diploma, as ajudas de custo que os mesmos servidores terão direito nas deslocações ao estrangeiro, já previstas, aliás, na Resolução n.º 122/77 do Conselho de Ministros;

Manda o Governo Regional pelo seu Presidente e Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, de acordo com o Estatuto Provisório e alínea d) do n.º 1 do art.º 229.º da Constituição da República o seguinte:

1.º — Os quantitativos de ajudas de custo diários a abonar nas deslocações oficiais dos servidores do Governo Regional da Madeira a partir de 1 de Junho de 1977, são os que constam das tabelas respectivas insertas nos anexos I (Região Autónoma da Madeira e Açores e Continente) e II (Estrangeiro).

2.º — No que respeita às deslocações entre as Ilhas da Região ou entre estas e as da Região Autónoma dos Açores ou o Continente será liquidado um acréscimo de 30% sobre os quantitativos das ajudas de custo.

3.º — Só serão devidas ajudas de custo nas deslocações para além de dez quilómetros da residência oficial, não dando lugar a quaisquer abonos por ajudas de custo as deslocações iguais ou inferiores a quatro horas.

1. Pelas deslocações em que a saída e o regresso se verifiquem dentro dum período de vinte e quatro horas, serão abonadas as percentagens seguintes:

Duração de deslocação:	Percent.
Mais de quatro até oito horas	35
Mais de oito até doze horas	50

Mais de doze horas
sem dormida 70

Mais de doze horas
com dormida 100

2. Nas deslocações por dias sucessivos, serão aplicadas as percentagens do parágrafo anterior no que respeita ao dia da partida e de regresso, salvo no que se refere a este último, se se efectivar entre as zero e as seis horas, período que não será considerado neste caso para efeitos de liquidação de ajudas de custo.

4.º — O pessoal dos gabinetes quando acompanham os membros do Governo Regional nas suas deslocações oficiais, têm direito a ajudas de custo iguais às correspondentes à letra mais elevada do funcionalismo público.

5.º — Os servidores do Governo Regional que componham missões, grupos de estudo ou organizações análogas, desde que oficiais, ao estrangeiro, chefiadas por membro do mesmo Governo e bem assim em comitiva a que se refere o n.º 2 da resolução do Conselho de Ministros 122/77 de 4 de Maio, incluídos nas letras C a M do funcionalismo público, serão abonados de ajudas de custo de quantitativo igual à prevista para as letras A e B da respectiva tabela.

6.º — As despesas com os quantitativos de ajudas de custo devidas pela retroacção a 1 de Junho de 1977, serão satisfeitas pelas Secretarias respectivas, através da rubrica orçamental própria.

7.º — As dúvidas suscitadas pela aplicação desta portaria, serão resolvidas por despacho conjunto do Presidente e Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio do Governo Regional.

8.º — Este diploma entra imediatamente em vigor.

ANEXO I

DESIGNAÇÃO	ABONO DIÁRIO EM QUALQUER LOCALIDADE
Membros do Governo Regional	850\$00
Categorias correspondentes às letras do funcionalismo público	
A a D	700\$00
E a M	600\$00
Outras	500\$00

ANEXO II

DESIGNAÇÃO	ESPAÑA	OUTROS PAÍSES
Membros do Governo Regional	2 280\$00	2 850\$00
Categorias correspondentes às letras do funcionalismo público		
A e B	2 050\$00	2 550\$00
C a I	1 800\$00	2 250\$00
J a M	1 700\$00	2 100\$00
N a Y	1 450\$00	1 800\$00

Presidência do Governo Regional, 24 de Janeiro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Jaime Ornelas Camacho*. — O Secretário Re-

gional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho*.

Portaria n.º 5/78

1.º — Os preços do aposento, primeiro-almoço continental, almoço e jantar em estabelecimentos hoteleiros na Região Autónoma da Madeira, ficam sujeitos às seguintes regras:

- a) Os preços do aposento, do primeiro-almoço continental, do almoço e do jantar, quando refeições completas, a praticar nos estabelecimentos hoteleiros, de e sem interesse para o Turismo, ficam sujeitos ao regime de preços declarados nos termos do disposto na presente Portaria.
- b) O Regime de preços declarados determina a obrigatorieda-

de da comunicação dos preços praticados ou das suas alterações com a antecedência mínima de trinta dias.

2.º — As declarações dos preços mínimos que se pretenda praticar em estabelecimentos hoteleiros de interesse para o Turismo, relativamente aos serviços referidos no número anterior, serão enviadas pelos interessados directamente, ou através das respectivas associações industriais de hotelaria, aos serviços competentes da Secretaria Regional, até três meses antes do início das estações turísticas, que se fixam, para os efeitos desta portaria, respectivamente, em 1 de Maio e 14 de Dezembro, datas a partir das quais passam a vigorar os preços de-

clarados, com observância do disposto nos números seguintes.

- 3.º — Nas declarações dos preços que pretendam praticar, as empresas terão em conta o grupo e categoria do estabelecimento, a sua localização, a qualidade do serviço, os usos e margens comerciais habituais, a situação do mercado e as disposições legais aplicáveis.
- 4.º — As declarações de preços devem incluir todos os impostos e as taxas devidos pelo cliente.
- 5.º — As declarações serão apresentadas em triplicado, destinando-se um dos exemplares a ser devolvido ao interessado, com a data de entrada.
- 6.º — Entende-se que a Secretaria Regional do Turismo nada tem a opôr às declarações de preços apresentadas, se sobre elas não se pronunciar no prazo de trinta dias, contados da data de entrada da declaração nos serviços.
- 7.º — A Secretaria Regional do Turismo, se não considerar justificados, à luz dos dos critérios constantes do artigo 3.º os preços declarados, comunicá-lo-à aos interessados, no prazo referido no artigo anterior, propondo desde logo os preços mínimos que considerar adequados.
- 8.º — Se os interessados nada comunicarem acerca dos preços propostos pela Secretaria Regional do Turismo, no prazo de cinco dias, com início a partir da data do aviso de recepção do ofício, entende-se que com eles se conformam.
- 9.º — Se os interessados não se conformarem com os preços propostos pela Secretaria Regional, deverão apresentar nova declaração, ou manter a inicial, justificando, no prazo referido no artigo anterior.
- 10.º — Se a Secretaria Regional não concordar com os preços declarados pelos interessados, a questão será submetida a despacho do Presidente do Governo Regional, no prazo de dez dias, após a data de entrada nos serviços da última declaração.

11.º — O despacho referido no artigo anterior deverá ser proferido e comunicado aos interessados até 30 dias após a recepção na Secretaria Regional da declaração a que se refere o artigo 2.º deste Decreto.

12.º — Os preços mínimos do aposento, primeiro-almoço continental e almoço e jantar, quando refeições completas a praticar nos estabelecimentos hoteleiros sem interesse para o Turismo, serão declarados pelos interessados às respectivas Câmaras Municipais.

13.º — É aplicável a estas declarações o disposto nos números 2.º e 11.º desta Portaria, entendendo-se conferidas às Câmaras Municipais as competências aí fixadas.

14.º — O preço do aposento que tiver sido comunicado ao hóspede, quando da sua entrada no estabelecimento, não pode ser alterado durante a sua estada, salvo se esta revestir características de residência, caso em que o hóspede pagará o preço da nova tabela em vigor findo o prazo de trinta dias.

15.º — Para efeitos do disposto neste Decreto, a estada considerar-se-á com características de residência se ultrapassar os três meses.

16.º — Os preços declarados para vigorar numa estação turística não poderão ser aplicados a contratos de alojamento celebrados antes do início da mesma estação, salvo acordo das partes e o disposto no número 14.º

17.º — Do preço declarado para o aposento a praticar nos estabelecimentos hoteleiros classificados nos Grupos I, II, III e IV, de acordo com o Contrato Colectivo de Trabalho em vigor desde 1 de Agosto de 1976, com excepção dos complexos turísticos, hotéis apartamentos, moteis, casas de hóspedes, hospedarias e casas de dormidas fazem parte integrante os serviços de alojamento e de primeiro-almoço continental.

18.º — Nos estabelecimentos mencionados no número anterior, quando um quarto duplo for ocupado apenas por uma pes-

soa, será obrigatoriamente descontado no preço do aposento o valor correspondente ao preço de um serviço de pequeno-almoço continental.

19.º — Nos referidos estabelecimentos, quando se verifique a impossibilidade de facto de prestar ao cliente o serviço de pequeno-almoço continental, durante as horas para ele fixadas, o valor correspondente ao seu preço será obrigatoriamente descontado no preço do aposento.

20.º — O primeiro-almoço «à inglesa» constituirá um serviço extra sujeito ao regime de preço livre.

§ único. O regime de preços livres consiste na determinação dos níveis de preços pelos agentes e mecanismos que interferem no respectivo circuito de comercialização.

21.º — Pela instalação de uma cama suplementar nos quartos dos Hotéis, Apartamentos dos Moteis, Hotéis, Apartamentos, Pensões, Pousadas e Estalagens poderá ser cobrada uma importância correspondente a 30% do preço do quarto.

22.º — O preço dos quartos inclui o das salas privativas, quando as tiverem.

23.º — Nos estabelecimentos hoteleiros, excluindo os moteis e hotéis apartamentos, os menores de idade inferior a oito anos beneficiarão obrigatoriamente dos seguintes descontos:

a) 50% no preço das refeições;

b) 50% da importância prevista no número 21.º, quando ocuparem uma cama suplementar no aposento ou apartamento das pessoas que os acompanharem.

24.º — Nas pensões e nos estabelecimentos sem interesse para o turismo que prestem serviço de refeições principais, o preço do aposento poderá ser aumentado de 20%, sempre que o hóspede utilize apenas o serviço de alojamento com

ou sem primeiro-almoço, aumento esse que, porém, só poderá ser cobrado a partir do início da permanência, desde que o hóspede ocupe o quarto durante, pelo menos, duas noites.

25.º — Ao hóspede dos estabelecimentos referidos no número 17.º, quando da sua entrada, deverá ser entregue um cartão, do qual constem obrigatoriamente os seguintes elementos:

1.º — a) Identificação do estabelecimento (denominação, endereço e classificação);

b) Nome do hóspede;

c) Número e preço do quarto;

d) Data de entrada;

e) Data prevista de saída;

f) Número de pessoas que ocupam o aposento.

2.º — Tratando-se de hóspedes enviados pelos agentes de viagens, o preço do quarto poderá ser omitido.

3.º — No cartão deverá ainda constar, textualmente a seguinte menção:

Conserve este cartão para utilizar no caso de reclamação perante a D.T.M. (Delegação de Turismo da Madeira).

26.º — O texto deste cartão deve sempre ser escrito em português e pelo menos numa das seguintes línguas: francês, inglês, alemão ou espanhol, devendo a escolha da língua estrangeira ser feita em função da nacionalidade dos clientes que constituam a frequência dominante do estabelecimento.

27.º — O único preço do aposento que vale para o efeito do exposto no número 14.º será o constante do cartão entregue ao hóspede.

28.º — As percentagens a que se referem os números 21.º, 23.º e 24.º devem ser calculadas

ladas com base no preço do aposento constante do cartão.

29.º — Os preços a praticar resultantes da aplicação das percentagens previstas na presente portaria serão arredondados, por excesso, para o escudo.

30.º — A composição mínima do primeiro-almoço continental, almoço e jantar, quando refeições completas é fixada por despacho do Secretário Regional do Turismo ouvida a Delegação de Turismo da Madeira.

31.º — Nos estabelecimentos hoteleiros abrangidos pela presente portaria deve afixar-se em cada quarto, em local bem visível, um impresso normalizado, de modelo a estabelecer pela D. T. M. (Delegação de Turismo da Madeira) do qual consta a denominação e classificação do estabelecimento, o preço do aposento e o preço do primeiro-almoço continental, do almoço e do jantar.

32.º — Os preços dos serviços de refeições «à carta», de cafetaria, de venda de bebidas e de serviços complementares em estabelecimentos hoteleiros ficam sujeitos às seguintes regras:

a) O serviço de restaurante tradicionalmente designado por «serviço à carta», praticado em estabelecimentos hoteleiros de e sem interesse para o Turismo fica sujeito ao regime de preços livres.

b) Os serviços de cafetaria, de venda a cálice de bebidas espirituosas e licorosas, de águas minerais e de mesa, de refrigerantes, de cervejas e de iogurtos praticados nos estabelecimentos hoteleiros de e sem interesse para o Turismo ficam igualmente sujeitos ao regime de preços livres.

c) Os serviços complementares prestados nos estabelecimentos hoteleiros, designadamente os de lavandaria, sauna e piscina, ficam igualmente sujeitos ao regime de preços livres.

§ único. Considera-se regime de preços livres o regime definido no § único do número 20.º da presente portaria.

33.º — As infracções ao disposto na presente portaria, a que não corresponda sanção específica mais grave, serão punidas nos termos do disposto nos artigos 234.º e 235.º, do Decreto-Lei n.º 61/70, de 24 de Fevereiro, com a multa de 2 000\$00 a 10 000\$00.

34.º — Os preços a praticar em todos os estabelecimentos hoteleiros de e sem interesse para o Turismo ficam sujeitos obrigatoriamente ao sistema de «tudo incluído», englobando assim taxas e impostos legalmente devidos.

35.º — As primeiras declarações de preços efectuadas nos termos deste diploma serão enviadas pelo interessado, directamente, ou através das suas Associações representativas, à Secretaria Regional do Turismo ou às Câmaras Municipais, conforme se trate de estabelecimentos hoteleiros de e sem interesse para o Turismo no prazo máximo de noventa dias a partir da data desta Portaria.

36.º — As declarações de preços previstas no número anterior são aplicáveis as disposições dos números 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º, 12.º e o disposto nos números seguintes.

37.º — As declarações contendo preços considerados injustificados pela Secretaria Regional do Turismo serão por ela submetidos a despacho do Presidente do Governo Regional nos termos e para os efeitos dos números 10.º e 11.º deste diploma.

38.º — O despacho referido no número anterior bem como as deliberações finais das Câmaras Municipais nas mesmas circunstâncias, deverão ser comunicados aos interessados no prazo mencionado no número 11.º da presente portaria.

39.º — O disposto na presente portaria não é aplicável aos contratos de alojamento em vigor à data da sua aplicação, salvo acordo expresso das partes.

40.º — A partir da entrada em vigor da presente portaria considera-se como não aplicável à Região Autónoma da Madeira a legislação actualmente em vigor, sobre a matéria.

41.º — As dúvidas suscitadas na aplicação deste Diploma serão resolvidas por despacho do Secretário Regional do Turismo.

Presidência do Governo Regional, 24 de Janeiro de 1978. — O Presidente do Governo Regional, *Jaime Ornelas Camacho*. — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho*.

Portaria n.º 6/78

É indispensável actualizar os preços de venda do álcool puro para fins industriais, face aos aumentos verificados no custo de produção.

Nestes termos:

O Governo Regional ao abrigo do art. 3.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 101/76, de 3 de Fevereiro e por força do Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril e Decreto-Lei n.º 427-F/76, de 1 de Junho, determina o seguinte:

1.º—a) — São fixados os seguintes preços por litro de álcool etílico a vender na Região, pela Delegação do Funchal da Administração-Geral do Açúcar e do Alcool (A. G. A.):

TIPO DE ALCOOL	ADQUIRENTES		
	GRUPO A	GRUPO B	GRUPO C
Álcool Etilico puro de Fermentação a 95º	62\$00	20\$00	30\$00
Álcool a desnaturar	20\$00	20\$00	20\$00

b) Consideram-se incluídos no **Grupo A** as farmácias, drogarias, laboratórios clínicos, médicos, enfermeiros, postos clínicos, casas de saúde privadas e outras entidades não incluídas no Grupo B; no **Grupo B** os hospitais, casas de saúde e similares administrados pelo Estado, estabelecimentos de assistência, pessoas colectivas de utilidade pública; no **Grupo C** fabricantes de produtos químicos e de tintas e vernizes, os fabricantes de bebidas espirituosas de origem não vinica, de perfu-

mes, cosméticos e outros produtos de higiene pessoal.

c) Para utilização laboratorial das farmácias, a A. G. A. fornecerá ao preço de 20\$00 por litro, 10% do quantitativo adquirido no mês anterior, de álcool etílico puro de fermentação a 95º, devendo, para o efeito, serem presentes à A. G. A. as razões justificativas das respectivas utilizações.

d) Os adquirentes de álcool a desnaturar deverão ser portadores do produto desnaturante que será aplicado no acto da aquisição, e sob controlo dos serviços da A. G. A.. Competirá à A. G. A. diferenciar e designar os adquirentes de álcool a desnaturar.

e) Para utilização laboratorial a A. G. A. fornecerá álcool absoluto de fermentação, em embalagens de 1 litro, aos hospitais ao preço de 24\$00 e aos laboratórios especializados ao preço de 30\$00, devendo em ambos os casos, as entidades adquirentes, fazer prova do tipo de utilização dos quantitativos a adquirir.

2.º—a) Os preços de venda ao público, na Região, são os seguintes:

TIPO DE ALCOOL	A GRANEL POR LITRO
Álcool Etilico puro de fermentação a 95º	76\$00
Álcool Desnaturado	30\$00

b) Os preços a que se refere o número anterior incluem todas as importâncias correspondentes aos encargos de comercialização, abrangendo o lucro e o imposto de transacções.

3.º — Fica revogada a Portaria n.º 10/77, de 17 de Maio de 1977.

4.º — Esta portaria entra imediatamente em vigor.

Presidência do Governo Regional, 21 de Fevereiro de 1978.—O Presidente do Governo Regional, *Jaime Ornelas Camacho*. — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho*.

Declaração

A Portaria n.º 6/78, de 21 de Fevereiro foi aprovada e saíu com as seguintes inexactidões, que assim se rectificam:

No n.º 1, alínea e), onde se lê: «...aos hospitais ao preços de 24\$00», deve ler-se: «... aos hospitais ao preço de 40\$00».

No n.º, alínea a) onde se lê: «...e aos laboratórios especializados ao preço de 30\$00», deve ler-se: «... e aos laboratórios especializados ao preço de 50\$00».

Presidência do Governo Regional, 21 de Fevereiro de 1978.—O Presidente do Governo Regional, *Jaime Ornelas Camacho*. — O Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho*.

Portaria n.º 7/78

Com a publicação da Portaria n.º 761/77 de 16 de Dezembro que actualizou os preços de azeite no Continente torna-se forçoso e urgente adaptar esses preços à Região da Madeira.

Considerando a inexistência de produção local daquele produto e bem assim as actuais estruturas de abastecimento da Região, o Governo Regional, ao abrigo do art.º 3.º n.º 1 do Decerto-Lei 101/76, de 3 de Fevereiro e por força do Decreto-Lei n.º 318-D/76, de 30 de Abril e Decreto-Lei n.º 427-F/76 de 1 de Junho, determina o seguinte:

1.º — A venda de azeite na Região continua sujeita ao regime de preços máximos.

2.º — Os preços máximos de venda de azeite ao público são:

a) Para o azeite importado a granel do Continente embalado na Região:
Os constantes da portaria n.º 761/77 de 16 de Dezembro que se transcrevem no anexo I a este diploma.

b) Para o azeite importado a granel do

estrangeiro o preço será formado a partir do preço CIF/Funchal/mais encargos aduaneiros acrescido das margens previstas para o armazenista/embalador (anexo III).

c) Para o azeite importado já embalado os constantes do anexo II.

3.º — As margens de comercialização do azeite são estipuladas no anexo III.

Não podem coexistir simultaneamente (na formação dos preços) armazenistas-distribuidores e armazenistas-embaladores.

4.º—1—Na venda de azeite em embalagens com capacidade inferior a 1 litro os preços máximos e margens de comercialização serão os correspondentes aos respectivos preços e margens fixados nos números anteriores para as embalagens de 1 litro.

2—Na venda de azeite em embalagens com capacidade superior a 1 litro e inferior a 5 litros os preços máximos e margens de comercialização serão os seguintes:

a) Para as embalagens em vidro e plástico, os correspondentes aos respectivos preços e margens fixados nos números anteriores para as embalagens de 1 litro;

b) Para as embalagens em lata, os correspondentes ao respectivo preço e margem fixados nos números anteriores para a embalagem de 5 litros.

5.º — As dúvidas suscitadas na aplicação da presente portaria serão resolvidas por despacho do Secretário Regional do Planeamento, Finanças e Comércio.

6.º — O presente diploma entra imediatamente em vigor.

A N E X O I

PREÇOS MÁXIMOS DE VENDA DE AZEITE AO PÚBLICO A QUE SE REFERE A ALINEA a) DO N.º 2

EMBALAGENS	TIPOS DE AZEITE		
	Azeite do tipo comercial extra, com graduação até 0,5°	Azeite do tipo comercial extra, com graduação até 1°	Azeite do tipo comercial extra, com graduação até 1,5°
Embalagem de vidro de 1 L	84\$50	82\$50	81\$00
» » plástico 1 L	84\$00	82\$00	80\$50
» » lata de 1 L	88\$00	86\$00	84\$50
» » » » 5 L	420\$00	410\$00	402\$50

A N E X O I I

PREÇOS MÁXIMOS DE VENDA DE AZEITE AO PÚBLICO A QUE SE REFERE A ALINEA c) DO N.º 2

EMBALAGENS	TIPOS DE AZEITE		
	Azeite do tipo comercial extra, com graduação até 0,5°	Azeite do tipo comercial extra, com graduação até 1°	Azeite do tipo comercial extra, com graduação até 1,5°
Embalagem de vidro de 1 L	94\$00	92\$00	90\$50
» » plástico 1 L	93\$50	91\$50	90\$00
» » lata de 1 L	97\$50	95\$50	94\$00
» » » » 5 L	461\$60	451\$60	444\$10

A N E X O I I I

MARGENS DE COMERCIALIZAÇÃO DO AZEITE

	EMBALAGENS DE UM LITRO			Embalagem 5 L
	Plástico	Vidro	Lata	
Armazenista/distribuidor ...	4\$70 (a)	4\$70 (a)	4\$70 (a)	17\$60 (a)
Armazenista/embalador.. ...	12\$50 (b)	12\$00 (b)	16\$50 (b)	65\$00 (b)
Retalhistas	4\$00	4\$00	4\$00	15\$00

(a) Nesta margem foram considerados os seguintes encargos:

Transporte para o armazém;

Quebras e derrames;

Encargos de venda e distribuição na Região Autónoma da Madeira;

Margem de comercialização «stricto sensu».

(b) Nesta margem foram considerados os seguintes encargos:

Transporte para a fábrica;

Gastos de embalamento;

Quebras e derrames;

Filtragem;

Encargos de venda e distribuição na Região Autónoma da Madeira;

Margem de comercialização do armazenista (stricto sensu).

Presidência do Governo Regional, 21 de Fevereiro de 1978.—O Presidente do Governo Regional, *Jaime Ornelas Camacho*. — O Secretário Regio-

nal do Planeamento, Finanças e Comércio, *José António Camacho*.

Preço deste número: 36\$00

«Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do Jornal Oficial deve ser dirigida à Secretaria da Presidência do Governo Regional da Madeira.»

A S S I N A T U R A S

As duas séries Ano 1	100\$	Semestre	650\$
A 1.ª série	650\$	>	350\$
A 2.ª série	650\$00	>	350\$

Suplementos — preço por página, 1\$50

Preço avulso — por página, 1\$50

A estes valores acrescem os portes de correio

«O preço dos anúncios é de 10\$ a linha, acrescido do respectivo imposto de Selo, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado a efectuar na Secretaria da Presidência do Governo Regional da Madeira.»